

**ESTUDOS SOCIOLÓGICOS SOBRE INFÂNCIA E GÊNERO
NO BRASIL: O LUGAR DAS MENINAS E DOS MENINOS EM
PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS (2010-2014)**

**SOCIOLOGICAL STUDIES ON CHILDHOOD AND GENDER ON BRAZIL: THE
PLACE OF GIRLS AND BOYS IN SCIENTIFIC PUBLICATIONS (2010-2014)**

Ana Claudia Delfini Capistrano de Oliveira¹

RESUMO

Este artigo traz apontamentos relativos aos estudos sociológicos sobre infâncias e relações de gênero nas publicações de artigos científicos em revistas indexadas no Portal de Artigos da base Scielo (2010-2014). O referencial teórico escolhido dialoga na interface dos estudos de gênero e da Sociologia da infância (SI) com ênfase na adoção (ou não) da perspectiva de gênero. A metodologia pautou-se por um mapeamento em busca avançada de artigos em revistas a partir dos seguintes grupos de descritores “infância e gênero” e “meninas”. Foram 17 artigos analisados e os resultados demonstram um espaço ainda tímido e com pouco diálogo nas pesquisas sociológicas sobre as infâncias e os enfoques de gênero. As infâncias são consideradas em seus recortes de classe, etnia/raça, gênero e geração, com predominância de metodologias adultocêntricas que não valorizam o ponto de vista das crianças.

Palavras-chave: Infância. Meninas. Gênero. Sociologia.

ABSTRACT

This article presents notes for the sociological study of childhood and gender relations in scientific articles publishing in journals indexed in the Scielo base

1 Professora do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale de Itajaí (UNIVALI), do mestrado/doutorado em Educação e dos cursos de Direito e Relações Internacionais da UNIVALI. Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: anaclaudia.univali@gmail.com

(2010-2014.) The chosen theoretical references dialogues at the interface of gender studies and Sociology of Childhood with emphasis on the adoption (or not) of a gender perspective. The methodology was guided by an mapping in advanced search of scientific articles from the following descriptors groups “childhood and gender” and “girls”. There were 17 articles analyzed and the results show an even shy space and with little dialogue in sociological research on childhood and gender approaches. Childhoods are considered in their classes/cutouts, ethnicity/race, gender and generation, especially of adultcentrism methodologies that do not value the point of view of children.

Keywords: Childhood. Girls. Gender. Sociology.

INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos, as análises sociológicas têm provocado algumas indagações sobre o lugar das crianças nas pesquisas sociológicas, se as meninas e os meninos têm algo a dizer à Sociologia e se os pesquisadores e pesquisadoras têm procurado ouvir e problematizar as vozes e os silêncios infantis. Desde o desenvolvimento da Sociologia da Infância (SI), as crianças e as infâncias são pensadas em sua pluralidade e diversidade, sendo-lhes conferida um estatuto científico até então inexistente nas pesquisas, além de garantir sua visibilidade e o reconhecimento de sua condição de atores e atrizes sociais. No arcabouço teórico da SI, as infâncias são consideradas como um dos elementos constitutivos da cultura de um povo, e exatamente por isso a concepção de infância passou a ser reconhecida como analiticamente atravessada por condições de classe, etnia/raça, gênero e geração. Esta concepção faz da infância um elemento particular de cada sociedade, sem limitar-se a condições etárias e/ou biológicas que supostamente engessavam a infância ou a criança como universal e a-histórica.

Este entendimento sociológico é de fundamental importância ao levarmos em conta as infâncias contemporâneas, carregadas de contradições e desafios próprios de um mundo em globalização que acirra as desigualdades e as diferenças socioculturais entre as nações,

a ponto de fazer surgir novos modelos de infâncias e novas adaptações ao que se entende por crianças. Basta acompanhar os noticiários. A cada dia aumentam as notícias internacionais que mostram o envolvimento de crianças nos mais variados contextos sociais que compõem um quadro com diferentes tons: infâncias redesenhadas por conflitos políticos, religiosos, infâncias perpassadas por violências múltiplas, crianças em situações de miséria, abandono, outras em contextos economicamente privilegiados que incentivam, inclusive, a participação política de crianças em espaços institucionais, como os Comitês Municipais Infantis na Noruega. (WATSON, 2006). Para cada um destes tons, há meninos e meninas das mais variadas idades e etnias que migram entre países, buscam refúgios, caminham entre trincheiras e escondem-se atrás de uma arma, de um véu, de um medo. Crianças soldados, crianças migrantes, crianças refugiadas, crianças deslocadas em sociedades que vivem conflitos armados e/ou guerras, são apenas alguns exemplos que caracterizam novas faces das infâncias contemporâneas em contextos fortemente militarizados que carecem de estudos para a sua compreensão. Se há novas ou velhas infâncias, se há crianças amparadas ou desamparadas pela e na sociedade, é preciso que tenham seus pontos de vista considerados como válidos e analiticamente problematizados pelo olhar sociológico. Assim, perguntamos: E onde estão as meninas nestas pesquisas? São elas consideradas interlocutores(as) válidos(as) nas pesquisas sociológicas contemporâneas? Há reflexões de gênero sobre as infâncias que priorizem os pontos de vista das crianças nas sociedades atuais?

Relatórios internacionais da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), por exemplo, têm apontado para o fato de a vida de mulheres e meninas não ter alterado significativamente o padrão das iniquidades socioculturais, econômicas e políticas historicamente construído e atravessado pelas relações de gênero,

como apontam as variáveis mais utilizadas nestes relatórios a respeito da participação econômica e política das mulheres, desde os níveis educacionais, de saúde e sobrevivência, até iniciativas de igualdade de gênero que promovem empoderamento e a redução das discriminações de gênero. Em recente relatório, a Unesco (2015, p. 19) apontou que “há 58 milhões de crianças fora da escola no mundo e cerca de 100 milhões de crianças não completarão a educação primária.” Este mesmo relatório aponta melhorias no nível primário com cerca de 69% dos países terem alcançado a paridade de gênero, embora na educação secundária apenas 48% tenham dados suficientes para inclusão de meninos e meninas nos bancos escolares. Todavia, são as meninas que lideram as estatísticas de crianças não matriculadas (48% contra 37%) ao passo que os meninos estão no topo das estatísticas de evasão escolar (26% contra 20%). Tanto no primeiro caso como no segundo, há discussões de gênero importantes. Há culturas que não valorizam a educação de meninas assim como há culturas nas quais os meninos são os principais responsáveis financeiros do lar, o que explica em parte, a evasão escolar em busca de trabalho e complementação de renda. Apesar de avanços globais estarem melhorando os índices em busca da paridade salarial e representatividade política das mulheres, ou mesmo em relação a melhorias na alfabetização e na saúde feminina (como a longevidade e saúde maternal), estamos longe de uma realidade igualitária entre os gêneros. E é claro, isso repercute nas gerações mais novas, e por isso a necessidade de compreender as políticas públicas para as meninas se faz tão relevante. É o que diz, por exemplo, o Banco Mundial (2012, p. 5) em seu “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial: Igualdade de Gênero e Desenvolvimento” ao mostrar estudos que documentam a relação direta entre a violência doméstica contra a mulher e a probabilidade de as crianças, “que presenciam cenas de violência entre os pais correm o risco, no caso das meninas, de virem a sofrer violência de seus próprios parceiros quando adultas e, no caso

dos meninos, de perpetuarem a violência contra suas parceiras.” Eleger a criança como objeto sociológico, dar visibilidade à sua condição social e ainda, reconhecer a sua capacidade de agência, são passos importantes para o avanço dos estudos sociológicos sobre a infância no mundo contemporâneo. É o que pretende a discussão mais recente em Sociologia da Infância que aqui será apresentada, com o objetivo inicial de destacar algumas de suas vertentes mais representativas e sua colaboração ao tema do gênero e infância. *A posteriori*, este artigo analisa os vácuos, os silêncios e/ou as vozes destas crianças retratadas em artigos científicos no Portal de Artigos da base Scielo no período de 2010 a 2014.

APORTES DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E OS ENFOQUES DE GÊNERO

As crianças e as infâncias sempre atraíram os olhares dos cientistas sociais que a elas dirigiram estudos interdisciplinares nas áreas da Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Mais recentemente, a partir do final do século XX, dois campos referentes a estes estudos revolucionaram o paradigma da infância no interior das Ciências Sociais, a saber, a Sociologia da Infância/SI e a Antropologia da Criança. Estudos da SI apontam para a necessidade premente de ressignificar os conceitos de infâncias e crianças para compreender estes novos cenários sociais e os papéis que cabem às crianças em seus mais diversos contextos. Um dos nomes a propor esta ressignificação é o sociólogo português Manoel Sarmiento (2003, p. 267) que entende estes cenários como ilustrativos da crise social da infância e nos coloca diante de um paradoxo que oscila entre uma imagem sobre a infância ora de paz, ora do “horror, da violência e da barbárie”:

[...] itinerários de ruptura, de exclusão ou de desviância social [...] que remetem para questões como as drogas,

os maus-tratos infantis, a violência, a Sida etc. Por vezes, surgem referências a políticas sociais públicas que precisamente se procuram confrontar com as “crianças e jovens em perigo/ risco”. Outras vezes são as crianças que aparecem como destinatários da violência social (por exemplo, como vítimas da guerra, ou alvo de agressões racistas ou pedófilas, ou ainda do desemprego e da pobreza). Em contrapartida, raras são as referências a iniciativas que atribuam às crianças o papel de agentes activos na construção da agenda social e política. O mundo da infância aparece invadido pela morte, pela injustiça (ou o mesmo é dizer, pela ausência ou ineficácia da justiça), pela doença, pelo desconforto, pelo abandono e pela violência.

A partir destes cenários e ao reconhecer, tacitamente, a crise social que percorre a infância, não é mais possível considerar as crianças como sujeitos universais e muito menos as infâncias como instâncias biológicas ou tempos lineares, razão pela qual evoca-se a necessidade de estudos interdisciplinares que contemplem estas diversidades e desigualdades. Para Sarmento (2002), a desconstrução deste conceito na SI permitiu a “emancipação da infância como objecto teórico e à interpretação das crianças como seres sociais plenos”, isto é, “dotados de capacidade de acção e culturalmente criativos.” (SARMENTO, 2002, p. 9) Ele não está sozinho nesta observação. A este respeito, Montandon (2001) ressalta a crítica da visão tradicional da Sociologia sobre o processo de socialização infantil que entendia as crianças apenas como meros receptáculos do saber adulto, um saber-poder cujo resultado hierarquizava e disciplinava os corpos infantis pelos discursos dos especialistas em infância, tais como “assistentes sociais, psicólogos escolares, educadores para delinquentes tutelados, juízes, tribunais, professores, sociólogos, antropólogos, homens políticos, psiquiatras.” (MONTANDON, 2001, p. 50) A tradição sociológica da socialização infantil tem como mentor o sociólogo Émile Durkheim que a entendia como um processo de integração entre as gerações a partir da ação dos

adultos e das instituições sociais sobre as crianças. Seu entendimento da socialização infantil como tabula rasa valorizava a intervenção dos adultos para uma adequada socialização das crianças entendidas como “ainda não maduras para a vida social”:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança particularmente se destine (DURKHEIM, 1978, p. 38,41).

Tradicionalmente, os estudos sociológicos sobre infâncias eram associados aos subcampos da Sociologia da Família e/ou da Educação em razão do fato de se pensar as crianças como subalternas das instituições “família e escola”, eminentemente passivas diante de uma socialização institucional, verticalizada e adultocêntrica. Por sua vez, o tempo da infância era demarcado pela ação do adulto na modelagem da criança conforme os padrões sociais, o que fazia da socialização infantil um “produto final” da ação do adulto sobre a criança a fim de fazer desaparecer a criança o mais rápido possível para emergir o adulto. É importante salientar que o revisionismo da teoria da socialização feito pela SI, deve-se, em grande parte, aos estudos críticos da Antropologia por meio de sua revisão dos conceitos de socialização, cultura (inata ou adquirida), sociedade, estrutura, agência, e a própria noção de criança como sujeito social (COHN, 2005). As pesquisas antropológicas sobre o tema foram responsáveis pela problematização dos conceitos de agência social das crianças enquanto atores competentes, ao mostrar que estes conceitos implicam em questões metodológicas e epistemológicas nem sempre fáceis de visualizar na prática das pesquisas com as crianças. Além disso, nem sempre estas pesquisas resultam em reflexões teóricas que permitam um debate interdisciplinar nas Ciências Sociais, sobretudo entre a Antropologia e a Sociologia. Também se

deve atribuir à Antropologia a revisão epistemológica tão necessária para o conhecimento sobre a criança e a infância ao permitir “uma concepção dinâmica e historicizada da cultura em que as crianças passam a ser consideradas seres plenos e não adultos em potencial ou miniatura.” (SILVA; NUNES, 2002, p. 19-20). O revisionismo da teoria da socialização infantil trouxe a problematização de dois aspectos importantes: a pretensa naturalidade e neutralidade das concepções de infâncias/crianças e a atitude adultocêntrica que prevalecia nas pesquisas sociológicas. Como observa Chris Jenks, “a infância tem amadurecido sociologicamente” e isto implica em desmistificá-la e arrancá-la do campo do natural para o cultural, prática que Jenks chama de profanação sistemática de imagens e realidades santificadas do “natural total” (JENKS, 2005, p. 55) Essa problematização sugere uma compreensão mais ampla da criança como ator social, como aquela que participa, a seu modo, de sua própria socialização, sem se restringir ao papel de estudante ou de criança-problema, mas ser tratada como interlocutor principal e não apenas mero respondente ou informante nas pesquisas que tratam sobre suas próprias vidas. É possível perceber a elaboração de dois novos paradigmas no campo da Sociologia da Infância: O reconhecimento da aptidão cultural das crianças na formação de suas culturas infantis² e a capacidade de agência/socialização das crianças entendidas como atores sociais. A infância emerge como uma categoria de análise detentora do mesmo estatuto científico de categorias tradicionais como classe social, gênero, geração ou etnia. As crianças deixaram de ser entendidas como meros receptáculos que reproduzem passivamente os papéis sociais,

2 As crianças vivenciam diferentemente as infâncias porque estão situadas dentro de uma estrutura geracional muito própria que elabora suas próprias culturas infantis a partir da capacidade das crianças conferirem “modos de significação do mundo e de ação intencional que são distintos dos modos adultos de significação e ação.” (SARMENTO, 2002, p.4) A maneira como as crianças desenvolvem seus significados de mundo e de ação são atravessadas por relações de classe, gênero e etnia que não permitem uma classificação homogênea ou coerente destes mesmos significados.

conferidos pela cultura e pelo processo de socialização, para serem entendidas como seres sociais ativos e definidores de suas culturas, e em especial, de seus gêneros. As infâncias e crianças se modificam de acordo com sua posição estrutural na sociedade e de variáveis geracionais, de classe, de etnia e gênero, e é nosso interesse questionar o lugar que elas ocupam no campo científico, mais precisamente nos estudos sociológicos. Um destes lugares ainda pouco considerado nos debates sociológicos refere-se às questões de gênero na infância na tentativa de perceber as meninas e meninos como sujeitos que se constituem na e pelas relações de gênero. É oportuno considerar o que diz o enfoque relacional proposto pela socióloga Berry Mayall (2002) quando ela dialoga com os estudos feministas e gênero para mostrar possíveis aproximações teóricas entre estes estudos e os da infância. Mayall (2002) propõe que as culturas infantis devem ser analisadas levando em consideração a produção cultural elaborada pelas próprias crianças nas interações entre seus pares e as interações delas com os adultos. Neste sentido, os enfoques de gênero e de geração ajudam a entender os processos pelos quais as posições sociais dos grupos (crianças e adultos) são constituídas, reproduzidas e transformadas, conforme aponta Mayall (2002, p. 41, tradução nossa): “Temos de olhar para as relações intergeracionais de gênero, por exemplo, o modo que as mulheres e os meninos se inter-relacionam dentro de família e da escola, onde poder predomina em outra pessoa.”³ Ora, se o mesmo processo ocorre com as meninas, por que não aproximar os estudos feministas e a crítica ao patriarcalismo no campo sociológico da infância? Os estudos feministas ensinam que as experiências são fundamentais na compreensão das diferenças de gênero e estas, por sua vez, explicam as assimetrias das experiências masculina e feminina na sociedade. A este respeito, Leena Alanen (2001, p. 12) retoma o conceito de geração como

3 “We have to look at intergenerational gendered relations, for instance, the ways in which women and boys are socially positioned and interrelate within households and schools where the power lies elsewhere.” (MAYALL, 2002, p. 41)

“um sistema de relações entre posições sociais construído do ponto de vista social, no qual as crianças e os adultos detêm posições sociais específicas, definidas relativamente a cada uma e constituindo, por sua vez, estruturas (neste caso, geracionais) específicas.” O ponto de vista das crianças remete ao reconhecimento de que elas produzem suas próprias culturas apoiadas nas e pelas relações de gênero e de poder. Deste modo, a estrutura de gerações permite colocar a criança como “sabedora” de seu gênero. Isto fica especialmente visível nos estudos da vida cotidiana, pois as duas estruturas, gênero e geração, ajudam a visualizar as posições diferentes que adultos e crianças ocupam nos espaços privados. Alanen (2001, p. 83) mostra, ainda, que as relações de gênero também são desenvolvidas pelas crianças, afinal:

As crianças também têm gêneros, é claro, mas a utilidade da noção de gênero está além disso. Pois gênero é essencialmente um conceito de relação mas infância também o é. Num sentido sociológico, crianças e adultos são nomes dados a duas categorias sociais que estão posicionadas entre si dentro de uma relação de gerações. Assim, aqui o aperfeiçoamento da lógica da relação de gênero, conforme está desenvolvida dentro dos Estudos Feministas, proporciona inspiração também para se repensar as crianças em termos deste relacionamento.

O grande mérito deste enfoque está na utilização do gênero para pensar a heterogeneidade relacional do conceito, ou seja, as crianças não formam um todo homogêneo ou um grupo assexuado. Lourdes Gaitán lembra que os estudos feministas somente avançaram quando passaram dos estudos sobre a condição da mulher em relação à dominação masculina para os estudos sobre os processos relacionais por meio dos quais esta condição e dominação eram estabelecidas e modificadas. A SI deve fazer a mesma denúncia que fizeram os estudos feministas sobre a exclusão das mulheres na Sociologia, no sentido de que a ordem do gênero não foi reconhecida ou problematizada por ela.

Gaitán (2006, p. 96) refere-se ao sistema “gênero-geração” da seguinte forma:

Existe por lo tanto un sistema de género por debajo de nuestras relaciones sociales cotidianas. La infancia es también un concepto relacional: existe solo em relación con la adultez. [...] Esto lleva a la sugerencia de que, en paralelo al sistema de género, funciona un sistema generacional, un orden particular que organiza las relaciones de los niños con el mundo, les atribuye posiciones desde las cuales actuar, así como una visión y un conocimiento acerca de ellos mismos y de sus relaciones sociales. [...] la relevancia de la sociología de la infancia no es sólo una manera de llenar los vacíos de conocimiento sobre los niños y sus modos de vida sino que se extiende también a los estudios y teorías de la vida adulta.

A análise do sistema gênero-geração na infância revela muitos pontos em comum com os estudos sobre a condição feminina, por exemplo, a relação de subordinação das crianças ao patriarcalismo, às relações de poder, suas dificuldades no reconhecimento de seus direitos e no respeito aos seus pontos de vista. O que o conceito de geração representa para o estudo sociológico da infância, o de gênero representa para o feminismo. Por que não juntar os dois? Considerar as categorias gênero e geração é perceber a existência de uma relação dialética entre elas, ou seja, uma geração hegemônica também possui um gênero hegemônico. Os estudos feministas ensinam que as experiências sociais ajudam a explicar as diferenças de gênero e estas, por sua vez, explicam as assimetrias das experiências masculina e feminina na sociedade. Não basta reconhecer que o gênero faz parte do mundo infantil, é necessário perceber como o gênero acontece entre as crianças. Reconhecer que meninas e meninos são capazes de estabelecer relações estruturais e simbólicas que resultam, por sua vez, em práticas sociais diferenciadas e mediadas pelo gênero. A partir desta revisão de literatura, não é mais possível olhar para as infâncias e as crianças do ponto de vista exclusivamente biológico, adultocêntrico, universal,

masculino, passivo e quase invisível aos olhos dos pesquisadores. Assim, faz-se necessário observar a produção sociológica sobre infância e gênero na produção recente de artigos científicos para compreender este campo.

DESCRITORES SOCIOLÓGICOS DE GÊNERO E INFÂNCIA NO PORTAL DE ARTIGOS (SCIELO 2010-2014)

Os trabalhos que compuseram a análise foram definidos metodologicamente através de um mapeamento em busca avançada no Portal de Artigos da Base de Dados Scielo, consiste em uma busca por método integrado de descritores para a localização de artigos publicados em revistas científicas na base Scielo com os seguintes grupos de descritores: “infância e gênero” e “meninas”. Para o primeiro grupo de descritores “infância e gênero”, foram encontrados 05 artigos nas seguintes revistas: Educ.e Soc. (02 artigos em 2010 e 2011); Est. Feministas (02 artigos em 2010 e 2014); Cad. Pagu (01 artigo em 2011). Quanto ao segundo grupo de descritores “meninas”, foram 06 artigos nas revistas: Educação e Sociedade (02 artigos em 2010 e 2011); Cad. Pagu (02 artigos em 2010); Sociologias (01 em 2012) e Revista de Economia e Sociologia Rural (01 em 2010) e 06 artigos na rev. Estudos Feministas (05 em 2011⁴ e 01 em 2014). Após esta etapa, foi feita a leitura de cada artigo na procura das seguintes informações: **Revista/ Ano/ Título do artigo/ Abordagens teórico-metodológicas/ Grupos de crianças Pesquisados**. As principais abordagens teórico-metodológicas citadas nos artigos referem-se ao uso da pesquisa bibliográfica (6 artigos) com apoio teórico na história e sociologia, e da pesquisa documental (4 artigos) como prática corrente entre os/as pesquisadores/as. Também registra-se a pesquisa-ação com procedimentos etnográficos de coleta de informações e análise de entrevistas semiestruturadas com crianças

4 Um dos artigos analisados já havia sido incluído no primeiro descritor.

e professores, sendo que apenas 02 artigos utilizaram metodologias de escuta da criança, prevalecendo um universo de investigações (04 artigos) centrado na opinião de adultos que atuam com crianças, numa clara permanência do adultocentrismo nas pesquisas. Os estudos da SI, apresentados anteriormente, defendem o ponto de vista das crianças nas pesquisas empíricas, mas não parece ser esta a prática, já que ainda prevalece a opinião e o ponto de vista dos adultos nas pesquisas com crianças. Nenhum artigo justificou a ausência das crianças como principais porta-vozes, logo, não é possível inferir eventuais dificuldades no acesso e autorização de pais e professores para as pesquisas com crianças. Parece tratar-se de uma opção metodológica e/ou uma tradição de pesquisas bibliográficas que, por vezes, acomodam os/as pesquisadores/as em seus próprios universos. As abordagens concentram-se nos seguintes temas, sendo possível agrupar em 2 subgrupos: 1. Educação (10); 2. Representações de gênero/ relações de poder e categorias sociológicas (06). No primeiro, as crianças pesquisadas neste universo estão circunscritas ao campo da educação formal com análises sobre as crianças matriculadas nas escolas de ensino fundamental e crianças trabalhadoras. Foi possível conferir o interesse dos pesquisadores/as em analisar o tema da educação formal em seis subgrupos: as meninas, os meninos, o trabalho, a primeira infância, a infância e o gênero, com reflexões voltadas para a diferença no desempenho e no acesso escolar como condição de socialização infantil, para a relação com o mundo do trabalho e os universos lúdicos das infâncias e das crianças circunscritas como socialmente vulneráveis e frágeis no tecido social, nas quais predomina as classificações de “infância pobre” e “infância escolar”. Esta constatação também sinaliza um comportamento tradicional das pesquisas sobre infância e gênero que privilegiam temas ligados à pobreza e escola. Um exemplo disso são os relatos sobre a exigência para o trabalho ser um fator de desequilíbrio da posição que os meninos ocupam no sistema escolar,

ao passo que para as meninas são as demandas domésticas que ainda as desestabilizam em sua trajetória escolar, com índices que agravam esta situação quando analisadas pelas variáveis raça/cidade/campo/deficiência escolar. As análises dão preferência para as pesquisas com as crianças pobres no seio de uma crítica sobre as estruturas sociais e econômicas que reforçam as desigualdades de acesso educacional e mercado de trabalho, especialmente a precocidade no trabalho por parte dos meninos, o que revela noções fortemente sexistas sobre o mercado de trabalho e desempenho escolar entre meninos e meninas. A discussão predominante diz respeito aos papéis socialmente estigmatizados para comportamentos “femininos”, “masculinos”, os grupos de crianças “*queer*” e a crítica da reprodução dos ideais de masculinidade e feminilidade em constante conflito com a diversidade de gênero. Talvez por esta razão, os principais sujeitos entrevistados sejam os profissionais que atuam como professores/as, e não propriamente as crianças enquanto alunos/as. Os profissionais da Educação, as crianças entrevistadas e os livros utilizados nas escolas mantem uma orientação que hierarquiza as relações de gênero notadamente em direção aos ideais masculinos de força e protagonismo social em detrimento dos ideais femininos de afetividade e timidez. Poucos professores das escolas pesquisadas relataram incluir as questões de gênero em suas aulas ou em seu planejamento. Já o tema do trabalho é abordado como um dos fatores determinantes da defasagem escolar dos meninos em idade escolar e da raça negra, discriminados por atitudes e papéis no âmbito escolar fortemente estereotipados. Importante notar a ausência de pesquisas sobre as meninas e o mundo do trabalho, o que acaba por reiterar a crença de que são os meninos os principais responsáveis por atividades economicamente remuneradas. Por outro lado, há uma pesquisa que chama a atenção para as práticas pedagógicas reprodutoras da desigualdade em meninas superdotadas rotuladas sob o signo da inferioridade. Os artigos que tratam da primeira infância

não apresentam uma discussão teórico-metodológica sobre gênero como ferramenta de análise para compreender o estatuto científico das infâncias e das crianças.

No segundo subgrupo, o enfoque de gênero é utilizado como ferramenta de pesquisa para se entender como operam as relações de gênero e infância no cotidiano escolar. Os artigos chamam a atenção para o uso de categorias sociológicas como classe, gênero, raça/etnia, diversidade e geração. As análises críticas debruçam-se sobre as relações de poder e gênero no campo epistemológico das infâncias, sua diversidade e possibilidades teóricas como campo interdisciplinar. O conceito de infância também foi problematizado a partir da reivindicação teórica de pensar a infância como categoria sociológica autônoma no atual campo científico, aludindo a esta reivindicação o mesmo itinerário conceitual estabelecido pela categoria “gênero” no campo dos estudos feministas. O gênero é mobilizado para explicar as infâncias mas não para rever as concepções sociológicas que permeiam e colonizam os mundos infantis. Em uma destas discussões, as autoras defendem a descolonização das pesquisas com crianças para superar o entendimento tradicional de uma infância universal que coloniza lugares e crianças hegemonicamente, e um dos caminhos possíveis para esta descolonização está no campo pós-colonialista que entende raça-gênero-sexualidade como dispositivos que reposicionam os sujeitos, logo, as crianças em sua condição de sujeitos e as infâncias em sua positividade (ABRAMOWICZ; RODRIGUES, 2014). Em relação aos artigos na área dos estudos feministas, prevalecem análises preferencialmente no campo escolar, sobre as representações infantis de gênero, as desigualdades de papéis entre meninos e meninas, as representações das professoras/es, a feminização do magistério, o conteúdo do currículo escolar a respeito das normas e expectativas socialmente esperadas para meninos e meninas, bem como as representações de gênero e as relações de poder, cultura/direitos humanos e as pesquisas históricas sobre as crianças,

infâncias e gêneros. Nas pesquisas analisadas, o campo escolar recebe um viés mais empírico, são relatos de pesquisas realizadas com crianças e professores/as que tinham por objetivo entender como as crianças e professores constroem representações de gênero na ótica da idealização de masculinidade e feminilidade enquanto expectativa social bastante presente no cotidiano escolar. Predominam pesquisas nas quais são os adultos os principais interlocutores, conforme já observado no balanço geral destes artigos. Apenas um (01) artigo trata da percepção das próprias crianças, a maioria na faixa etária dos 10 aos 14 anos, e em dois (02) artigos predominam os estudos sobre os meninos e a diversidade de gênero. Além de apresentar uma prática ainda adultocêntrica e com poucos depoimentos de crianças, as pesquisas apontam posicionamentos muito conservadores sobre os papéis de gênero construídos socialmente, sendo as meninas mais orientadas para a submissão e os meninos encorajados a exercer maior posicionamento crítico nos contextos escolares. Zuleika Pretto e Mara Lago (2013) apontam que, nos últimos 20 anos foram identificadas 47 pesquisas que abordaram a infância sob diferentes temáticas nas seguintes revistas: Revista de Estudos Feministas, com 24 artigos e Cadernos Pagu, com 23 artigos, com destaque para o tema da criança no contexto escolar. É possível observar, para este tipo de locus documental, a mesma conclusão de Pretto e Lago (2013) a respeito de como as pesquisas sobre gênero e infância em revistas feministas brasileiras mostram o despreparo do sistema escolar para lidar com as questões de gênero, além de também observar o mesmo interesse pela semelhança dos temas pesquisados sobre o cotidiano escolar, o desempenho e/ou fracasso escolar, sociabilidade e sexualidade nos contextos escolares. Por fim, a grande preocupação neste universo temático analisado diz respeito à crítica da reprodução dos padrões sexistas no ambiente escolar vivenciados, também, em outros espaços

sociais, o que pode nos mostrar a necessidade de perceber estes padrões no interior das próprias culturas infantis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os novos paradigmas sobre as infâncias/crianças a partir da emergência da SI têm destacado a necessidade de uma visão sociológica heterogênea e interdisciplinar que leve em conta as diferentes condições de vida dos grupos infantis entrelaçados com as categorias gênero, classe, geração e raça/etnia, o que tem permitido uma análise interseccional e transversal entre estes estudos. É necessário pontuar que se há ausências analíticas sobre as relações de gênero nos estudos sociológicos sobre infâncias/crianças, torna-se muito difícil avançar epistemologicamente nesse campo, além de dificultar a compreensão das transversalidades entre infâncias, geração, classe/raça/etnia à medida em que permanecem pouco esclarecidos os nexos entre as questões de gênero e as infâncias. Da mesma forma como o campo disciplinar tradicional da Sociologia foi colonizado por perspectivas e teorizações masculinas, a SI corre o risco de se tornar um campo igualmente masculinizado e masculinizador, que ignora as discussões de gênero e inviabiliza as meninas no tecido social. As crianças também teorizam, participam da sociedade, tem algo a dizer principalmente sobre as relações de gênero, a infância também precisa ser explicada pelas próprias crianças, por seus pontos de vista, a fim de afastar as explicações e conceitos previamente estipulados pelos adultos. Dentro do *locus* aqui discutido, as crianças ainda são pouco ouvidas pelos pesquisadores/as, as meninas, ainda menos. Para verificar se estes novos paradigmas, especialmente as questões de gênero, estão sendo incorporadas na produção científica da sociologia, foi realizado o levantamento das publicações de artigos científicos em revistas indexados na base Scielo com os descritores infância/gênero,

meninas. É possível afirmar a existência de um espaço de produção científica na área da Sociologia sobre infância e gênero, apesar de ser um número relativamente baixo neste período analisado, 2010-2014, devemos salientar que foi consultada apenas uma base de dados. De qualquer modo, a produção sobre infância e gênero apresenta lacunas consideráveis em relação às meninas e ainda há reprodução de práticas e preconceitos sexistas nos cotidianos analisados que apontam a necessidade premente de novas pesquisas. Também verificou-se pouca discussão em relação aos paradigmas da Sociologia da Infância, apenas 02 artigos referiam-se a autores da SI e aos conceitos de criança como ator social e da infância como construção social de gênero. Dos 16 trabalhos analisados, 10 relacionavam o tema do gênero e das crianças no campo da Educação, 02 artigos tratavam de categorias sociológicas e 04 artigos falaram exclusivamente das representações de gênero. É notável a escassez de trabalhos abordando os temas gênero e infância(s) de forma transversal, e quando trazidos ao debate encontram-se sempre em paralelo a outras categorias, como classe, geração e raça. Percebeu-se, ainda, o forte viés tradicionalista das pesquisas sociológica que continuam tendo como foco os temas ligados à educação e classe/mercado de trabalho. Por outro lado, o universo teórico das pesquisas encontradas é mais diversificado e há a preocupação de relacionar as infâncias a vários campos interdisciplinares como a filosofia, linguagem, educação, literatura, feminismo e pedagogia. Há uma predominância nos estudos educacionais que privilegia a segmentação do sistema escolar nas dicotomias do que ainda é considerado adequado ensinar e estimular para as meninas e para os meninos, o que permite diferenciar as trajetórias escolares em razão de seus papéis de gênero. Este é o elo que perpassa boa parte destes artigos, preocupados em situar o gênero como elemento fundante das construções identitárias no sistema escolar e também como uma forma de denúncia das relações hierárquicas, desiguais e sexistas deste sistema. Os aportes teóricos da Sociologia da

Infância e dos estudos de gênero não são frequentemente citados nos artigos, ou seja, não é possível afirmar que haja uma influência ou um diálogo mais sistemático sobre os resultados empíricos e teóricos aqui analisados. Por seu turno, as pesquisas de campo parecem perpetuar os mesmos interesses e olhares dos adultos sobre as crianças, que via de regra, continuam sendo estudadas em seu papel de escolares e as meninas continuam marginalizadas em suas especificidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete, RODRIGUES, Tatiane. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 35, n.127, p. 461-474, abr./jun. 2014.

ALANEN, Leena. Estudos feministas/estudos da infância: paralelos, ligações e perspectivas. In: CASTRO, Lucia R. *Crianças e jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: NAU-FAPERJ, 2001. p. 69-92

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial de igualdade de gênero e desenvolvimento: visão geral*. Washington, D.C., 2012. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.

GAITÁN, Lourdes. *Sociologia de la infancia*. Madrid: Síntesis, 2006.

JENKS, Chris. O corpo e a infância. In: CHRISTENSEN, Pia; ALLISON, James (Org.). *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Paula Frassinetti, 2005. p. 73-96.

MAYALL, Berry. *Towards a sociology of childhood: thinking from children's lives*. Londres: Ed. Open University Press, 2002.

MONTANDON, Cléopâtre. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, p. 33-60, mar. 2001.

PRETTO, Zuleika; LAGO, Mara C. S. Reflexões sobre infância e gênero a partir de publicações em revistas feministas brasileiras. *Revista Ártemis*, João Pessoa, PB. V. XV, n.1, p. 56-71, jan./jul. 2013.

SARMENTO, Manoel Jacinto. Imaginário e culturas da infância. *Cadernos de Educação*, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.

SARMENTO, Manoel Jacinto. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 78, p. 265-283, abr. 2002.

SILVA, Aracy Lopes; NUNES, Angela. Contribuições da etnologia indígena à antropologia da criança. In: SILVA, Aracy Lopes; NUNES, Angela; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva. *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Ed. FAPESP, 2002. p. 11-33.

UNESCO. *Educação para todos 2000-2015: progressos e desafios*. Paris, 2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

WATSON, Alison M. S. Children and international relations: a new site of knowledge? *Review of International Studies*, Cambridge, v. 32, p. 237-250, 2006.